

Municípios traçam projetos para a Sudene

Sudene

AJ16390

Prefeituras cobram participação ativa do Governo estadual

GUSTAVO BELESA

A garantia da inclusão dos 28 municípios do Norte do Espírito Santo na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) tem mobilizado prefeituras do interior para atrair projetos e contribuir para o desenvolvimento regional. Os prefeitos, contudo, cobram a participação do Governo estadual no planejamento dos empreendimentos a serem atraídos para seus municípios e no acompanhamento da captação dos recursos.

A previsão é de que a Sudene opere no país a partir de outubro, com recursos da ordem de R\$ 2 bilhões. A coordenadora do Grupo de Trabalho Interministerial, Tânia Bachelar, que está cuidando da criação da superintendência, garantiu a inclusão capixaba na instituição e, por consequência, mais competitividade para os municípios do Norte.

O presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes) e prefeito de Nova Venécia, Adelson Salvador, disse que os pedidos



Ricardo Medeiros

Pleito

Adelson Salvador, presidente da Amunes, levou pedido de colaboração a Hartung

de colaboração do Governo já foram apresentados ao governador Paulo Hartung. "O Norte do Estado precisa dessa parceira. A seca já castiga a região e o prejuízo dos municípios é enorme", salientou.

Polígono

De acordo com Salvador, a falta de água no polígono da seca capixaba - formado por Nova Venécia, Vila Pavão, Boa Esperança, Ecoporanga, Montanha, Mucurici e outros - gera problemas críticos, com

o a falta de terras férteis e de pasto para o gado.

O efeito desse ciclo é a queda de 50% na produção de leite e de 40% na colheita do café; redução de 25% no preço do gado, além dos reflexos no comércio local e no emprego. Salvador acredita que 50 mil pessoas estão desempregadas na região.

"Falta pouco para decretarmos estado de emergência na região. A seca chegou no início do ano e castiga uma área predominantemente agrícola", declarou.

O presidente da Amunes comemorou a inclusão dos 28 municípios capixabas na Sudene, destacando que "esse é um mecanismo importante para o Estado, pois concede diferenciais competitivos para a Região Norte".

Atuação

Esse mecanismo já trouxe alguns benefícios para o Espírito Santo, sobretudo em relação à isenção fiscal de até 37,5% no imposto de renda devido pelas empresas, por um prazo de 10 anos. Outra atuação do incentivo regional diz respeito aos recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FND), que aplicou mais de R\$ 34 milhões no Estado, volume equivalente a 0,3% do total de volume aplicado em toda região nordestina.

"É um diferencial que permite o desenvolvimento de programas e projetos nos 28 municípios do Norte, ante a riqueza que de alguns municípios que arrecadam a maior parte da receita estadual", destacou o prefeito de Colatina, Guerino Balestrassi.

Para o presidente da Agência de Desenvolvimento de Linhares, Paulo Medina, a isenção fiscal foi a melhor forma de levar empresas para o município, como a Perfílados Rio Doce, Brametal, Tora e Suco Mais. "Esses empreendimentos geraram mais de dois mil empregos na cidade", afirmou Medina.

Estado tenta garantir recursos para demais áreas

Para garantir que todo o Estado seja beneficiado por mecanismo de financiamento, o Governo estadual apresentou a proposta ao Ministério da Integração Nacional de retomar o aporte de recursos federais para o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres). Dessa forma, avalia o secretário de Planejamento, Guilherme Dias, os 50 municípios que ficaram de fora da Sudene terão recursos para atrair empreendimentos.

"A proposta do Governo é criar um aporte de R\$ 20 milhões por ano para o Funres, com contrapartida estadual, garantindo a viabilidade do desenvolvimento regional para outros municípios fora do Norte do Estado", explicou.

Operante

Com isso, essas cidades terão pontuação maior que a Região Norte capixaba para obter os recursos mais facilmente. "É importante destacar que o Funres é operante e possui recursos da ordem de

R\$ 80 milhões. O que queremos garantir é a manutenção de mecanismo por longo prazo", destacou Dias.

Para o coordenador do Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Geres), colegiado que controla do Funres, Rogério de Castro Vieira, o fundo tem condições de operar por cerca de dois anos com os recursos atuais e a expectativa é dos recursos federais retornarem em meados do próximo ano.

Exclusivo

"Ganha o Espírito Santo que passará a ter dois mecanismos de incentivo ao desenvolvimento regional. Na verdade, será o único Estado com duas opções de financiamentos", reforçou Vieira.

Com a extinção da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), em 2001, por adição, do FDN, o Estado perdeu o percentual mínimo de 3% das dotações que seriam destinadas àquela Agência, para aplicação em projetos no Espírito Santo.

A Curso de Direito

Nota A no Provão do MEC.